

Como realizar a contextualização social das obras clássicas da política?

Vania Sandeleia Vaz da Silva¹

Resumo: A proposta de construir um conceito moderno de democracia – mais “substantivo” do que os mais conhecidos e aceitos pelo *mainstream* da Ciência Política – gerou a necessidade de aproveitar a história da ideia e da prática democrática. Contudo, uma leitura direta das obras de Platão e Aristóteles – sem referências ao “contexto” para além do indicado por eles, como sugeriu Leo Strauss – levaria a crer que a democracia não funcionou porque o povo não foi capaz de tomar boas decisões políticas; uma leitura por meio do contextualismo linguístico de Quentin Skinner seria difícil porque são raras as obras do período que foram preservadas, de modo que seria difícil delinear o contexto intelectual (ou ideológico) do período; então, optamos pela contextualização social – proposta e realizada por Neal Wood e Ellen Meiksins Wood – que mostra que os autores gregos clássicos estavam engajados no conflito e queriam que a oligarquia voltasse a governar sem a participação do povo, sobretudo do cidadão-camponês, trabalhador “livre”. A proposta é apresentar como realizar uma *contextualização social* detalhada que permita situar autores no conflito político do momento em que viveram e escreveram suas obras, partindo de um roteiro sistematizado por meio de “tabelas” que foram formuladas a partir da exposição de Neal Wood – no artigo *The social history of political theory* (1978). A versão apresentada corrige e completa a primeira versão (Silva, 2016), considerando as dificuldades encontradas na aplicação do método para contextualizar socialmente alguns autores e autoras.

Palavras-chave: Contextualismo social; Teoria Política; Democracia; Neal Wood; Ellen Wood.

How to realize a social contextualization of the classic works of politics?

Abstract: The proposal to construct a modern concept of democracy - more "substantive" than those best known and accepted by the mainstream of political science - has generated the need to enjoy on the history of democratic idea and practice. However, a direct reading of the works of Plato and Aristotle - without reference to "context" beyond what they suggested, as Leo Strauss suggested - would lead to the belief that democracy did not work because the people were unable to make good political decisions; a reading through Quentin Skinner's linguistic contextualism would be difficult because the works of the period that were preserved are rare, so it would be difficult to delineate the intellectual (or ideological) context of the period; so we opted for the social contextualization - proposed and made by Neal Wood and Ellen Meiksins Wood - which shows that the classical Greek authors were engaged in the conflict and wanted the oligarchy to rule without the participation of the people, especially the peasant citizen, worker "free". The proposal is to present "how" to make a detailed social contextualization that allows to situated authors in the political conflict of the moment they lived and wrote their works, starting from a systematized script by means of "tables" that were formulated from Neal Wood's exposition in the article *The Social History of Political Theory* (1978). The presented version corrects and completes the first version (Silva, 2016), considering the difficulties encountered in applying the method to socially contextualize some authors.

Palavras-chave: Social contextualism; Political theory; Democracy; Neal wood; Ellen Wood

¹ Graduada em Ciências Sociais (UFPR), Mestre e Doutora em Ciência Política (USP), professora no curso de Ciências Sociais na Unioeste, Campus de Toledo. E-mail: vaniasandeleiavazdasilva@yahoo.com

Introdução

A proposta de realizar uma pesquisa sobre o conceito moderno de democracia gerou a necessidade de escolher um método que permitisse uma compreensão mais eficaz dos textos clássicos sobre a primeira experiência democrática conhecida, a respeito da qual existem ainda muitas controvérsias. Será que seria suficiente “ler” atentamente as obras clássicas – com sugeriu Leo Strauss? Será que ler diferentes obras a respeito de um mesmo tema escritas no mesmo período seria possível no caso desse objeto de estudo – a prática democrática e as reflexões que suscitou – tal como sugere Quentin Skinner e outros da Escola de Cambridge? Ou seria mais adequado realizar uma contextualização social – que poderia ser feita a partir de diversas propostas que vão da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim até a proposta que parece mais pormenorizada elaborada por Neal Wood e direcionada especificamente para autores que trataram diretamente da “política”?

Nossa opção – como grupo de pesquisa – pela proposta de contextualização que Neal Wood (1922-2003) chamou de *história social da teoria política* e apresentou detalhadamente no artigo *The social history of political theory* (1978) – deveu-se ao fato de que a aplicação desse método para contextualizar obras clássicas sobre a democracia mostrou que a leitura direta dos “clássicos” era profundamente ineficaz. O autor, em parceria com Ellen Meiksins Wood, mostrou que Sócrates, Platão e Aristóteles estavam engajados no conflito político do período em que viveram e escreveram e que isso teve implicações importantes para as formulações teóricas que fizeram sobre a política, bem como sobre outros temas. Uma leitura das obras clássicas sobre a democracia ateniense sem entender quem eram seus autores produz uma interpretação equivocada – totalmente antidemocrática – da experiência de participação do povo – sobretudo dos trabalhadores livres – nas decisões políticas tomadas democraticamente².

Entre cientistas sociais estamos relativamente habituados a considerar importante saber quem foi o autor ou autora que estamos estudando. Entretanto, o grau de profundidade e detalhamento que Neal Wood e Ellen Meiksins Wood propõem como necessário para “contextualizar” autores e obras vai muito além de saber as datas e locais de nascimento e morte e alguns eventos históricos significativos que perpassaram as trajetórias de cada autora ou autor clássico. Existe uma “epistemologia” que sustenta que é preciso saber como os autores e autoras estavam “organicamente” envolvidos e imbricados em seus contextos e o quanto foram capazes de transcender sua condição social, cultural e política a fim de produzir reflexões sobre a sociedade – no caso sobre a “política” – que fossem mais do que prescrições ideológicas que visavam realizar seus próprios projetos “idealizados” de como é que as pessoas deveriam viver e que tipo de sociedade deveria ser construída para viabilizar tais modos de vida.

Neal Wood (1978) levanta diversos questionamentos que seriam relevantes para que autores fossem devidamente situados no contexto social em que viveram para que, assim, os significados de suas obras fossem realmente compreendidos. Para facilitar a aplicação do método – que chamamos de *contextualismo social* – sistematizei as perguntas em sete tabelas (SILVA, 2016) que cobrem os seguintes aspectos: (1) Contexto social: relação entre as ideias e a estrutura de classes e o conflito social do período em que a obra foi escrita; (2) Biografia detalhada: incluindo questões que os estudos de gênero, feminismo e sexualidades mostraram relevantes para compreendermos “quem” está escrevendo; (3) Ideal humano: herói e anti-herói do teórico clássico; (4) Prescrições para a realização do ideal humano e da ordem sociopolítica ideal; (5) Delimitação da especificidade histórica das ideias do teórico; (6) Comparação entre ideologia e teoria política; (7) Público-alvo das ideias do autor.

² Foram realizados estudos a respeito de qual seria o melhor método para o estudo dos textos de teoria política e também a leitura e estudo das obras em que Neal Wood e Ellen Meiksins Wood mostraram porque era preciso entender quem foram Sócrates, Platão e Aristóteles e como estavam envolvidos com as lutas sociais e políticas do período – não diretamente, mas no modo como interpretavam as questões políticas relevantes do período – contribuiu para que os tradutores de suas obras reproduzissem o viés *antidemocrático* que é tão evidente nas obras clássicas que escreveram e que ainda são lidas como uma base ou fundamentação para o estudo da democracia e para gerar autoridade para argumentos que são repetidos por autores antidemocráticos. O estudo completo a este respeito foi publicado no livro *Class Ideology and Ancient Political Theory: Socrates, Plato, and Aristotle in Social Context*, 1978, assinado por Ellen Meiksins Wood (1ª autora) e Neal Wood.

A partir dos estudos realizados no âmbito do *Grupo de Pesquisa Democracia e Desenvolvimento* que resultaram em pesquisas de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso de graduação e dissertações de mestrado³, foi possível perceber quais as principais dificuldades enfrentadas ao realizar a contextualização social respondendo as várias perguntas das tabelas. Além disso, dispomos de algumas contextualizações realizadas pelos proponentes do método, de modo que podemos analisar os resultados práticos da utilização do método e os principais desafios e adaptações realizadas por Neal Wood que individualmente publicou trabalhos sobre Cícero (WOOD, 1991) e John Locke (WOOD, 1994); em parceria com Ellen Meiksins Wood, foram publicados estudos sobre Sócrates, Platão e Aristóteles (WOOD; WOOD, 1978); e, além disso, ela aplicou o método em dois estudos abrangentes que cobrem desde antiguidade (WOOD, 2008) até o iluminismo (WOOD, 2012) e apresentam uma leitura contextualizada socialmente de autores fundamentais para a Ciência Política.

A proposta aqui é reelaborar criticamente a primeira versão das tabelas, discutindo, após algumas experiências de aplicação, em que medida as diversas perguntas podem efetivamente ser respondidas e qual a relevância delas considerando que atualmente o tempo de que dispomos para realizar uma pesquisa – de conclusão de curso de graduação, mestrado ou doutorado – é sempre menor do que o necessário para uma pesquisa aprofundada e meticulosa e que, por isso, precisamos fazer escolhas, priorizar alguns aspectos em detrimento de outros. Sem dúvida seria interessante conseguir responder todas as questões a respeito de um autor (ou autora) clássico que estudamos, de modo a compreender melhor sua mensagem e os conceitos desenvolvidos. Porém, na prática, isso dificilmente costuma ser viável, de modo que cabe discutir quais seriam os aspectos mais relevantes, ou seja, quais aspectos permitem situar autores e obras no conflito político do seu tempo e sociedade?

Por que realizar uma contextualização social?

Antes de explicar detalhadamente *como* realizar a contextualização social é importante pensar *se* seria necessário fazer isso, quer dizer, saber quem foi o autor ou autora, onde e quando viveu e escreveu, como se inseriu (ou não) nos conflitos sociais, políticos, culturais, ideológicos, econômicos de sua época, faz realmente diferença para entender o sentido do que escreveu? Leo Strauss (1899-1973) afirmava que “não” porque os clássicos escreveram para a posteridade e tinham um compromisso com a “verdade” de modo que seriam compreendidos pela leitura direta do texto; Quentin Skinner afirma que é importante compreender “algo” sobre a sociedade em que o autor ou autora viveu e escreveu porque há questões nem sempre explicitadas nos textos, mas estruturantes porque impulsionaram o processo de escrita. Neal Wood e Ellen Wood são enfáticos quanto à importância de inserir autores e autoras no contexto “social” porque de fato estiveram – em geral – envolvidos e suas obras são fruto do envolvimento.

Os métodos – Textualismo de Leo Strauss; Contextualismo Linguístico de Quentin Skinner; e Contextualismo Social da parceria Neal e Ellen Wood – *podem parecer* complementares: o primeiro sugere a leitura direta do texto, sem referências externas; o segundo, uma contextualização que inclui conhecimentos da sociedade em que o autor ou autora viveu e um estudo de outras obras que são do mesmo tipo ou do mesmo período visando identificar quais “questões” estavam sendo respondidas e de que forma; e o terceiro defende que é essencial inserir autores e obras no contexto social – incluindo diversos aspectos que são importantes para compreendermos quem era a “pessoa” que escreveu e como se inseria nos conflitos existentes em sua sociedade, já que as obras teriam sido escritas com um propósito que está ligado ao engajamento “político” ou posicionamento que cada autor e autora decidiu ter – ou foi impelido a ter – no momento em que escreveu, porque isso seria inescapável.

³ As pesquisas que mostram na prática como aplicar o método explicitaram as dificuldades: (1) CARDOSO, Juliane Cristina Helanski. **Contextualismo social na prática**: a interpretação da teoria política de Bento Espinosa feita por Ellen Meiksins Wood. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UNIOESTE, Toledo, 2015. (2) BAGATIN, Francioli. **O pensamento político da anarquista Emma Goldman**: uma contextualização social. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UNIOESTE, Toledo, 2018. A experiência grega pela interpretação de Ellen Wood é tema de: LACOWICZ, Ellis Fernanda. **Trabalho livre e escravidão em Atenas**: o contraponto de Ellen Meiksins Wood ao viés antidemocrático dos clássicos Sócrates, Platão e Aristóteles. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UNIOESTE, Toledo, 2018.

Contudo, será que antes de realizar a contextualização social seria necessário realizar uma leitura preliminar pelo método textualista proposto por Leo Strauss? Ou seja: ler direta e atentamente a obra que se pretende compreender sem buscar referências externas (a menos que o próprio autor ou autora indique sua necessidade), considerando que os clássicos escreveram para serem compreendidos por qualquer leitor ou leitora “inteligente” (expressão usada por Strauss para especificar que obras de teoria são escritas para um público específico) de sua época, bem como para as futuras gerações? A proposta do método – que estou chamando de *Textualista*, seguindo a denominação crítica que foi atribuída a ele por Quentin Skinner – consiste em realizar uma *interpretação* e uma *explicação* do texto, lembrando que tais expressões são, na verdade, diferentes “operações” metodológicas que cumprem objetivos diferentes e estão relacionadas com a ideia de que alguns autores escreveram mensagens cifradas ou nas “entrelinhas” para evitar perseguição, como afirma Leo Strauss:

Compreender as palavras de outro homem, esteja ele vivo ou morto, pode significar duas coisas diferentes, às quais damos o nome de interpretação e explicação. Por interpretação entendemos a tentativa de averiguar o que o falante afirmou e o modo como ele compreendia sua afirmação, pouco importando se tal compreensão foi expressa de maneira explícita ou não. Por explicação indicamos a tentativa de averiguar as consequências das afirmações do falante que ele negligenciava. Desse modo, a descoberta de que determinada declaração é irônica ou mentirosa pertence à sua interpretação, ao passo que cabe à explicação descobrir se uma declaração se baseia num erro ou constitui a expressão inconsciente de um desejo, um interesse, de um viés ou de uma situação histórica. É óbvio que a interpretação deve preceder a explicação. Se a explicação estiver fundamentada numa interpretação adequada, não será a explicação da declaração a ser esclarecida, e sim a explicação de uma fábula criada pela imaginação do historiador. É igualmente óbvio que, na interpretação, o entendimento daquilo de uma declaração deve preceder o entendimento daquilo que o autor sabia, mas não afirmou explicitamente: é impossível descobrir ou, em todo caso, provar que uma declaração é mentirosa sem antes entender a declaração em si. O entendimento demonstravelmente verdadeiro das palavras ou pensamentos de outro homem deve se basear na interpretação exata de suas declarações explícitas’ (STRAUSS, 2015, p. 150).

Cabe ressaltar que Leo Strauss não está sugerindo que se realize uma leitura direta apenas para tomar contato com o texto sem mediações: o procedimento todo está centrado na compreensão de que é possível alcançar o sentido exato do que um autor quis dizer pela *leitura direta* e não contextualizada do próprio texto. Não é uma “etapa”, é todo o procedimento. Envolve mais atenção e trabalho para que se alcance a interpretação e explicação, e pode ser necessário “reler” várias vezes o mesmo texto até que se compreenda exatamente o que o autor quis dizer e se foi capaz de dizer o que era sua intenção, ou se, para evitar ser perseguido, teve que escrever “nas entrelinhas”. De qualquer forma, não é recomendado buscar informações sobre o contexto ou ler outros autores e obras do período – como sugere Quentin Skinner – porque a própria definição de “clássico” da qual parte Leo Strauss torna tais procedimentos desnecessários ou até inadequados: um clássico escreve para ser compreendido pelos leitores atentos⁴.

De acordo com Quentin Skinner, o textualismo é ineficaz porque não permite compreender quais eram as questões que estavam sendo “respondidas” pelo autor em estudo e, de acordo com o contextualismo social de Neal e Ellen Wood, ler diretamente um texto é insuficiente para entender seu sentido porque desconsidera aspectos contextuais e biográficos que podem realmente modificar o “sentido” do texto. Portanto, para os métodos que propõem a contextualização não é possível compreender de fato o que o autor queria dizer sem saber, *antes*, quem ele foi, como viveu, e o que pretendia com sua obra. Portanto, os métodos não são complementares, mas produzem “resultados” diferentes de modo que a escolha de um método pode implicar diferentes *interpretações* da mesma obra e algumas *interpretações* podem estar equivocadas por desconsiderarem aspectos relacionados com o contexto social ou com a biografia dos autores e autoras.

⁴ Leo Strauss afirma que “[...] os homens irreflexivos são leitores negligentes e que apenas os homens que pensam são leitores atentos” e por isso “o autor que deseja falar apenas aos homens que pensam deve escrever de uma forma que permita que apenas o leitor muito cuidadoso consiga identificar o sentido de seu livro” (STRAUSS, 2015, p. 36).

Aliás, enquanto alguns chamam a análise textualista de modo filosófico de análise – como faz Neal Wood (2002) – é interessante observar que o filósofo Michel Onfray – no livro *A potência de Existir* – mostrou que até mesmo a fisiologia pode jogar certo papel na produção intelectual, na medida em que o mundo é experimentado de modo diferente por corpos que possuem diferentes constituições e possibilidades de enfrentamento de condições sociais diferentes. Então, ser homem ou ser mulher, membro da elite econômica ou política, ou ser um trabalhador ou trabalhadora migrante, fazer parte de alguma minoria étnica, estar de posse de uma condição de saúde física e mental que possibilite dispor das próprias forças e energias para pensar sobre problemas políticos relevantes sem ter que lutar pela sobrevivência, entre outros aspectos, pode importar “muito” para o resultado final (na obra escrita). Não se trata de “determinismo”, mas de possibilidades diferenciadas a partir das singularidades:

Falta uma disciplina que permitiria a leitura e a decodificação dos textos filosóficos. Não uma nova semiologia, uma textologia, uma ciência da linguagem, mas uma psicanálise existencial deixada de lado por Sartre [...]. Porque uma filosofia não pode ser apreendida no modo platônico da meditação dos grandes conceitos, unicamente no campo famoso dos espíritos puros, mas no terreno material das apostas corporais, históricas, existenciais e psicanalíticas, entre outras... Estranhamente, a história da filosofia abunda em detalhes para levar a cabo esse projeto. Mas, para tanto, é necessário rejeitar a recusa da biografia e afirmar a possibilidade de apreender o interior de uma obra com suas margens, seus arredores e seus exteriores. Não que o detalhe baste, que a anedota reduza e que o essencial deva desaparecer diante do acessório, mas a apreensão da natureza de uma obra surge somente depois da compreensão dos mecanismos que a produziram. Equivalente do projeto originário da lógica sartreana, considero o que chamei de *hapáx existencial* [...] o *kairós* de toda empresa filosófica. [...] Num momento preciso da vida do filósofo, num lugar determinado, numa hora identificável, ocorre alguma coisa – [...] – que resolve contradições e tensões acumuladas precedentemente num corpo (ONFRAY, 2015, p. 150).

Para Michel Onfray existem muitos aspectos que precisam ser considerados quando queremos compreender realmente o que quis dizer um autor: “a época, a família, o lugar, o meio, a educação, os encontros, a fisiologia constituem um material de igual importância para o inconsciente psíquico” enfatizando que sua visão de inconsciente é mais complexa, pois, como afirma, trata-se de “um inconsciente vitalista, energético, materialista, histórico” de modo que, para ele, “a apreensão de uma filosofia não pode ser efetuada no modo estruturalista e formal, platônico, como se o texto pairasse no éter, entre duas águas metafísicas, sem raízes, sem relações com o mundo real e concreto” e isso em se tratando de qualquer filosofia – e não apenas da “política”, como é o caso da defesa de Neal e Ellen Wood – de forma que conclui Onfray que é necessário “aperfeiçoar um método de leitura para trazer à luz as engrenagens desse mecanismo de *egodiciá*” (ONFRAY, 2015, p. 18). Como afirma:

A tradição filosófica se recusa a fazer da razão a improvável flor de tal canteiro corporal; recusa a materialidade dos destinos e a mecânica, complexa decerto, mas mecânica mesmo assim, do ser; ela se rebela contra a ideia de uma física da metafísica; considera heterogêneas à sua disciplina todas as outras atividades, ainda mais as atividades triviais que se preocupam com a matéria do mundo; permanece platônica e cultua o fantasma de um pensamento sem cérebro, de uma reflexão sem corpo, de uma meditação sem neurônios, de uma filosofia sem carne, diretamente nascida do céu para se dirigir à única parte do homem que escapa da extensão, a alma... (ONFRAY, 2015, p. 18).

Pretendo mostrar porque a *história social da teoria política* – como Neal Wood (1978) escolheu denominar sua proposta metodológica; ou o *contextualismo sócio-histórico* – como Ellen Meiksins Wood (2012) chamou o procedimento; ou o *contextualismo social* – como chamamos o método depois de algumas adequações e adaptações que o torna mais apropriado ao nosso tempo – permite alcançar uma compreensão mais abrangente e correta dos textos clássicos da política e, possivelmente, de qualquer outro tipo de obra “escrita”. Para que fosse melhor aplicado dentro das Ciências Sociais, incluímos questões que tornam o método mais sociológico – enfatizando aspectos “sociais” em sentido amplo – e menos apegado ao pensamento que situa a contextualização no âmbito da “história”.

Resta analisar criticamente os pressupostos nos quais Neal Wood (1978) apoiou sua concepção de política e da relação entre a prática e o conhecimento produzido a respeito, as *teorias políticas*. Trata-se de cinco pressupostos que enraízam seu método na perspectiva marxista e reafirmam suposições que foram bastante debatidas nas últimas décadas, sobretudo depois que os debates acadêmicos sobre a relação entre ideias e realidade no próprio marxismo avançou para além das antigas afirmações de que existe uma “base” – ou infraestrutura – que realmente importa e uma “superestrutura” jurídico-política que poderia ser lida como seu reflexo. Nas palavras do autor:

(1) politics is na eminently practical enterprise rooted in everyday life and concerned with the relationships among individuals and social groupings acting in the public realm for their survival and normally seeking their own advantage in the name of the public interest or common good; (2) classic political theory, therefore, is intimately related to the practical sociohistorical context in which it was conceived; (3) every classic text in political theory, among other things, is an important reflection of its times, telling us much about the nature of its particular Society; (4) the genesis of a classic work in political theory can be explained in social terms, fundamentally representing a partisan position in the conflict of the period; (5) hence, the classic work in political theory is ideological, although not exclusively so, in that its core consists of sociopolitical recommendations – intellectually supported and justified by arguments from science, religion, theology, metaphysics, epistemology, psychology, ethics, and history – that are to the interest of certain social groupings and not to the interest of others (WOOD, 1978, p. 345)⁵.

A suposição ou afirmação de que a política seja um “empreendimento eminentemente prático” que está “enraizado na vida cotidiana” não parece difícil de defender. Contudo, afirmar que os indivíduos e grupos sociais agem no domínio público visando a sua própria sobrevivência e buscando seu próprio interesse mesmo quando dizem agir “em nome do interesse público ou do bem comum”, poderia ser questionada quando incluímos entre os “grupos” e “indivíduos” aqueles que estão resistindo aos poderes instituídos, buscando uma transformação social que tem como objetivo a justiça, o combate à exploração, às desigualdades, que efetivamente estão imbuídos de objetivos e interesses altruístas, utópicos, ou revolucionários. Embora se possa encontrar egoísmo e autointeresse mesmo nas atuações políticas mais aparentemente desinteressadas, não é possível afirmar que todas as pessoas envolvidas com a política estão apenas buscando seu interesse “próprio” e não visam ao interesse de algum “público” e alguma definição de “bem comum”, embora tudo isso esteja aberto a múltiplas interpretações.

Afirmar que a teoria política clássica está “intimamente relacionada ao contexto sócio-histórico prático em que foi concebida” e que “todo texto clássico da teoria política, entre outras coisas, é um reflexo importante de seu tempo, dizendo-nos muito sobre a natureza de sua sociedade específica” sugere um tipo de relação entre a produção de conhecimento e a sociedade que já foi muito discutida: será correto afirmar que uma teoria ou pensamento seja mero “reflexo” da realidade? Contudo, a própria Ellen Meiksins Wood (2010) permite repensar tal suposição quando mostra, nos seus estudos, que a relação é muito mais complexa, que nem sempre é possível ver na teoria um reflexo das relações sociais e políticas, já que a relação entre *base* e *superestrutura* é mais bem descrita como orgânica ou *imbricada*, e é por isso que a contextualização se faz necessária, para mostrar “qual” a relação do texto com o contexto, da pessoa que escreveu com a realidade (conflitiva) em que viveu e na qual produziu sua obra.

⁵ Tradução livre: (1) a política é um empreendimento eminentemente prático e enraizado na vida cotidiana e preocupado com as relações entre indivíduos e grupos sociais que atuam no domínio público para sua sobrevivência e normalmente buscam sua própria vantagem em nome do *interesse público* ou do *bem comum*; (2) a *teoria política clássica*, portanto, está intimamente relacionada ao *contexto sócio-histórico prático* em que foi concebida; (3) *todo* texto clássico da teoria política, entre outras coisas, é um *reflexo* importante de seu tempo, dizendo-nos muito sobre a natureza de sua sociedade específica; (4) a gênese de um trabalho clássico em teoria política pode ser *explicada* em termos *sociais*, representando fundamentalmente uma *posição partidária* no *conflito* do período; (5) portanto, *o trabalho clássico em teoria política é ideológico*, embora não exclusivamente, pois seu núcleo consiste em recomendações sociopolíticas – intelectualmente apoiadas e justificadas por argumentos da ciência, religião, teologia, metafísica, epistemologia, psicologia, ética e história – que são do *interesse* de certos grupos sociais e não do *interesse* de outros (WOOD, 1978, p. 345, grifos meus).

Neal Wood afirma que a “gênese de um trabalho clássico em teoria política pode ser explicada em termos sociais” porque representa uma posição partidária no conflito do período, porém tal “posição” não pode ser “pressuposta”, mas precisa ser explicada e mostrada por meio da contextualização social. Além disso, afirma que o trabalho clássico em teoria política é “ideológico” – ainda que considerada a explicação de que não seja “exclusivamente” ideológico pode causar desconforto para quem estuda seriamente os clássicos da política. O que tornaria as obras clássicas ideológicas seria o fato de que seu “núcleo consiste em recomendações sociopolíticas – intelectualmente apoiadas e justificadas por argumentos da ciência, religião, teologia, metafísica, epistemologia, psicologia, ética e história – que são do interesse de certos grupos sociais e não do interesse de outros” de modo que uma contextualização pode explicitar o caráter engajado de obras aparentemente “neutras” a respeito da política. Daí a importância de mostrar, a cada obra estudada, quais eram os grupos sociais que eram atendidos em seus interesses com as “recomendações sociopolíticas” que são avançadas pelos clássicos e quais grupos eram desfavorecidos pela teoria desenvolvida a partir das obras clássicas⁶.

São essas suposições que fundamentam o desenvolvimento de um método capaz de “mostrar” o quanto as obras clássicas estão “imbricadas” ou “organicamente ligadas” aos seus contextos de origem, e tal abordagem tem que ser fundamentalmente interdisciplinar, enfatizando, no caso da proposta original de Neal Wood, o caráter “histórico” – por isso ele chamou de *história social da teoria política*. No caso das aplicações que realizamos, o foco passou a ser mais “social” e, por isso, preferimos utilizar a denominação de *contextualismo social*. Recorremos a diversas fontes e trabalhos que foram desenvolvidos no âmbito da economia, da filosofia, da história, mas preferimos aquelas obras que são consideradas das Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia – do ponto de vista metodológico porque, ao priorizar esse tipo de trabalho, encontramos formas mais complexas de lidar com o contexto, com a biografia, com as relações entre as ideias e a realidade, algo mais apropriado aos nossos objetivos.

Como realizar uma contextualização social?

A seguir apresento detalhadamente como realizar uma contextualização social por meio da proposta de Neal Wood (1978). Começamos situando autor e obra em seu contexto social específico (tabelas 1 e 2) de modo a compreender o que estava acontecendo quando a obra foi escrita e quem a escreveu (como a singularidade do autor pode ter interferido na sua interpretação da realidade e posicionamento por meio das suas ideias). Depois identificamos o ideal humano do autor e suas prescrições para a construção de uma sociedade em que esse ideal humano poderia alcançar sua realização (tabelas 3 e 4). Então, analisamos em que medida as ideias do autor estão permeadas pelo seu posicionamento no conflito do período em que viveu ou se possuem um alcance para além de seu contexto (tabela 5), discutindo se estão mais próximas da teoria política ou de uma ideologia (tabela 6). Por fim, identificamos o público-alvo (destinatários) da obra (tabela 7), buscando entender para quem e com qual objetivo a obra foi escrita.

⁶ Embora as obras que são atualmente consideradas clássicas sejam diferentes dos *manifestos* políticos que são explicitamente *ideológicos* porque efetivamente foram escritos e publicados com objetivos que são diretamente ideológicos – mesmo quando se valem de “argumentos” pseudocientíficos, metafísicos, epistemológicos em alguma medida, de acordo com alguma perspectiva da psicologia, de alguma versão de ética e alguma forma de pensar a “história” – nem sempre é fácil diferenciar umas das outras ou identificar nos “manifestos” fragmentos de pensamento político ou uma base para a construção de teorias políticas. Algo que percebemos na aplicação do método e que se relaciona com essa “suposição” do caráter “essencialmente” ideológico das obras de teoria política foi que alguns textos *marxistas*, *anarquistas*, *feministas*, entre outros, apresentam reflexões a respeito da sociedade, da política, da cultura, da forma como as pessoas se constituem como tal e atuam com as demais que *não são ideológicos*, mas representam o resultado de uma reflexão metódica, racional e lúcida sobre a política. No *Manifesto Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels existe uma reflexão sobre o Estado, o poder político e como o poder “social” e “econômico” de uma classe foi se convertendo em poder político, entre outras reflexões fundamentais para entender o capitalismo. Para citar uma mulher, Emma Goldman realiza importantes reflexões a respeito da liberdade, da autoridade, do Estado, das formas pelas quais o capitalismo interfere nas possibilidades dos “indivíduos” vivenciarem de modo livre e autônomo suas vidas, constituírem suas relações consigo mesmos, com os outros e com a coletividade (a respeito, a dissertação de Francioli Bagatin (2018) mostra detalhadamente como ler a obra dessa anarquista por meio do contextualismo social).

Primeira etapa: contexto social e biografia.

As primeiras questões permitem situar o teórico ou teórica individual e sua teoria no conflito político de sua época. Cabe ressaltar que a definição de contexto social é entendida pelo proponente do método em sentido amplo, incluindo aspectos relacionados com a economia, a cultura, a política e a ideologia. Neal Wood, alinhado com o marxismo, considerou importante saber como era a estrutura social, explicitando como as classes estavam divididas e se relacionavam entre si e com o Estado, e analisando de que modo as divisões existentes na sociedade se expressavam na política. Algumas das questões exigirão uma abordagem histórica, outras, econômica e algumas precisarão de análise política e filosófica, mas todas apontam para a filiação teórica e metodológica marxista do proponente do método, que afirma claramente a primazia do econômico:

Tabela 1. Contexto social em que o autor escreveu a obra em análise

1	Quais classes estão ascendendo e quais estão declinando?
2	Qual o grau de consciência de classe do autor ou autora?
3	A estrutura de classes está refletida nos arranjos governamentais?
4	A estrutura de classes está refletida no sistema de dominação e subordinação?
5	Como as divisões religiosas na sociedade estão relacionadas com a vida econômica e política?
6	Como as divisões étnicas na sociedade e como estão relacionadas com a vida econômica e política?
7	Quais os modelos aceitáveis de conduta social?
8	Quais as várias tendências intelectuais ou escolas de pensamento?
9	Quais são seus temas centrais?
10	De que modo estes temas estão relacionados com as lutas sociopolíticas do período?
11	Podemos nos referir às raízes sociais do conflito intelectual?
12	As linhagens intelectuais refletem as divisões de classe ou outras clivagens sociais?

Fonte: Elaborada a partir de Wood (1978); publicada originalmente em Silva (2016, p. 91).

Como proceder para responder tais questões? As respostas serão encontradas em estudos já realizados e publicados – históricos, sociológicos, econômicos, antropológicos ou biográficos – a respeito da sociedade em que viveu o autor ou autora, e, atualmente, também com base em publicações disponíveis na Internet e nas novas mídias em geral – desde que se possa atestar as fontes e que se trate de resultados de pesquisas sérias, conduzidas com métodos adequados e dentro dos padrões acadêmicos e científicos de validação (pois, como sabemos, existem muitos produtos midiáticos de procedência duvidosa ou publicados propositalmente para divulgar informações falsas sobre autores que estiveram envolvidos em disputas políticas e ideológicas relevantes). É importante notar que as questões são complexas e não existem respostas fáceis, disponíveis e diretas, e, além disso, muitas dessas questões estão imbricadas e podem ser respondidas em bloco.

As primeiras quatro questões, por exemplo, a respeito de quais classes estão ascendendo ou declinando; sobre qual o grau de consciência de classe do autor ou autora em estudo; e sobre a estrutura de classes, se está refletida nos arranjos governamentais e no sistema de dominação e subordinação; estão claramente ligadas entre si e são complexas. Várias dessas questões abrem verdadeiras agendas de pesquisa, pois, dependendo da época em questão, existirão diversas pesquisas acadêmicas com resultados controversos e amplos debates que dificultam a seleção de quais obras e autores realmente ler e considerar para responder cada questão. Quanto às questões cinco e seis, dependendo do autor ou autora, serão mais ou menos relevantes – no caso de Espinosa, por exemplo, entender as divisões religiosas de sua época e sua relação com a vida econômica e política foi um passo fundamental para compreender sua posição no conflito da época.

A questão sete – quais os modelos aceitáveis de conduta social? – é muito significativa, sobretudo para as mulheres, porque ajuda a explicar porque existem poucas autoras que produziram pensamento político ou teoria política considerada relevante e que tenha se tornado referência, e, também, porque os modos de vida e subjetividade das mulheres não costumam figurar entre os ideais dos clássicos. Produzir conhecimento sobre a política não era considerado um modo de vida válido para as mulheres durante muito tempo e seu modo de vida foi desconsiderado pelas teorias políticas que se tornaram referência. Determinar que tipo de conduta social era aceitável foi, geralmente, uma tarefa de homens cujo alvo era, em grande medida, as mulheres. Portanto, responder essa questão para a época em que o autor ou autora escreveu sua obra permite compreender o viés adotado e contribui para situar melhor quem escreveu e para compreender o alcance (ou limite) de suas proposições.

As questões oito a doze podem ser pesquisadas e compreendidas em conjunto porque permitem realizar uma contextualização intelectual, linguística (ou mesmo ideológica) do autor e da obra em estudo considerando as tendências intelectuais da época, as escolas de pensamento, os temas centrais que estavam sendo tratados e o modo como esses temas estão relacionados com as lutas reais, sociais e políticas que estavam acontecendo no período. Permitem também buscar as “raízes sociais” do conflito intelectual, de modo a analisar se as linhagens intelectuais “refletiam” (ou não) as várias divisões de classe ou outras clivagens sociais relevantes no período (como as religiosas, étnicas, de gênero, entre outras) ou que tipo de relação mantinham entre si. Em certa medida, os estudos realizados por Quentin Skinner – no âmbito do contextualismo linguístico – contribuem significativamente para responder tais questões e isso permite avançar nos estudos.

Depois de respondidas as questões sobre o contexto social (Tabela 1), cabe iniciar a análise da biografia do autor ou autora, buscando compreender de que forma os principais eventos e situações que viveu podem ter influenciado suas ideias e o conjunto de sua obra. As questões da Tabela 2 são relativamente simples, porém, dependendo da importância do autor ou autora em estudo pode acontecer de existirem muitas controvérsias a respeito de alguns aspectos de suas trajetórias. Podem existir biografias autorizadas e outras não autorizadas ou polêmicas que apresentem dados e interpretações conflitantes a respeito de cada aspecto abordado, de modo a tornar difícil escolher quais fontes fornecem as respostas mais consistentes para a contextualização social. A primeira versão da tabela 2 (SILVA, 2016) apresentava algumas questões misturadas e outras ainda não estavam presentes, pois estavam mais fiéis ao texto base de Neal Wood (o artigo publicado em 1978).

Existem alguns aspectos da biografia que são muito relevantes para compreender o “lugar de fala” e também o tipo de prescrição política que aparece na obra, mas Neal Wood (1978) não tinha mencionado, sobretudo porque são aspectos da subjetividade ou identidade que vêm sendo melhor discutidos e mais detalhados recentemente. Por isso acrescentei questões a respeito de aspectos como sexo, gênero, sexualidade e, inclusive, do tipo de arranjo afetivo vivido pelos autores e autoras porque podem influenciar o modo como pensam a política, já que, sobretudo em momentos em que os conflitos políticos ficam acirrados, a sexualidade (principalmente os comportamentos sexuais das mulheres) pode ganhar o primeiro plano como algo disputado. Poderá ser difícil encontrar as respostas para essas questões, mormente quando se tratar de pessoas que viveram em sociedades conservadoras ou em períodos em que alguns aspectos eram ocultados do público.

As respostas para as primeiras quatro questões da **Tabela 2** são relativamente fáceis de encontrar nas biografias já publicadas da maioria dos autores e autoras que são considerados clássicos ou relevantes, na medida em que existe um consenso a respeito do peso e influência que exercem a família, as conexões familiares, a educação formal – as escolas pelas quais passou uma pessoa, universidades, tutores, todos os envolvidos na sua formação intelectual. Há um acordo também que a situação econômica, a profissão e o modo como alguém se sustenta acaba influenciando o tipo de reflexão e publicação de cada autor e autora, ao passo que isso tudo contribui para definir o modo de vida possível e isso vai limitar ou expandir as possibilidades de produzir sua obra intelectual. É importante ressaltar que “influência” não significa que tais aspectos sejam determinantes para compreender as ideias dos autores e autoras: a influência precisa ser analisada e mostrada, nunca pressuposta.

Tabela 2. Biografia

1	Quem era a família do teórico e quais suas conexões familiares?
2	Como foi sua educação e sua formação intelectual?
3	Quem eram seus amigos e associados?
4	Como foi sua educação (formal e informal)?
5	Qual era sua situação econômica?
6	Qual a sua profissão, ofício ou ocupação?
7	Quem era seu empregador ou patrão?
8	Quais suas funções econômicas reais?
9	Quais as fontes e a extensão de sua renda?
10	Como era seu modo de vida?
11	Quais suas atividades políticas?
12	Quais suas afiliações políticas?
13	Qual era sua religião e como praticava (intensidade)?
14	Quais seus laços religiosos?
15	Qual era seu estatuto legal ou estado civil?
16	Qual o seu sexo e gênero?
17	Qual era sua identidade de gênero?
18	Qual era sua orientação sexual?
19	Trata-se de um autor ou autora transexual?
20	Qual era sua escolha de arranjo afetivo (monogâmica ou poli)?
21	Qual sua “etnia” (ou grupo de origem, ou cor ou raça)?
22	Qual era a situação dessa “etnia” na sociedade em que viveu?

Fonte: Reelaborada e expandida a partir da tabela 2; publicada originalmente em Silva (2016, p. 92).

Respostas para as questões onze a quinze são também fáceis de encontrar nas biografias e demais estudos sobre os clássicos, pois, como estamos tratando de teóricos e teóricas da política, dados sobre suas atividades políticas e suas afiliações costumam ser divulgados e comentados. Considerando as relações que foram estabelecidas historicamente entre religião e política, torna-se importante saber qual a religião professada e o modo como o autor ou autora se relacionava com sua escolha religiosa – se foi apenas herdada da família (ou imposta pela família) ou se assumida por oposição em relação à família; se a pessoa praticava ativamente sua religião, se considerava um elemento de ligação ou conflito com a família, entre outras possibilidades – e também os laços religiosos de um autor ajudam a compreender sua obra e posição assumida a esse respeito do ponto de vista político (já que a relação entre religião e política terá sido abordada na tabela 1).

As questões dezesseis a vinte são acréscimos que considero fundamentais, porque saber o sexo ou gênero, a identidade de gênero, a orientação sexual, e, ainda, se estamos estudando alguém que é transexual (e em que fase da transição o texto foi escrito), são informações importantes para compreender o tipo de reflexão realizada sobre sua sociedade no seu tempo e como foi recebida pelos contemporâneos considerando a publicidade ou não de tais aspectos. A questão quinze – qual o estatuto legal ou estado civil – relaciona-se com as questões anteriores, bem como com a questão vinte, que se refere ao tipo de escolha de arranjo afetivo realizado ou vivenciado – monogamia (vivida com ou sem infidelidade por parte do autor ou autora em estudo); ou algum outro arranjo poliamoroso ou não monogâmico, que pode ser vivido em público ou de modo mais clandestino, ou mesmo mantido na lógica do “armário”, divulgada depois nas biografias “não autorizadas”.

As duas últimas questões são relevantes para compreender o lugar de fala ocupado pelo autor ou autora, pois sabemos que a maioria dos clássicos eram homens, brancos, da elite dominante, compulsoriamente heterossexuais. Porém, existem hoje estudos que recuperaram obras de autoras e autores que estão completamente fora dessa “norma” e isso influencia muito a escolha de temas, o tipo de reflexão realizada, a clareza com que expõem seus posicionamentos ou a tentativa de ocultar suas intenções por meio do recurso de argumentação pretensamente neutra ou objetiva – porque são as posições dominantes naquele momento, naquele lugar, para aquele grupo específico. Responder tais questões sobre a biografia irá contribuir também para a próxima etapa da contextualização, na medida em que possibilitam entender quais condutas – em relação a si e aos outros – foram assumidas e performadas pelos autores ou autoras em estudo.

Segunda etapa: ideal humano

O próximo passo consiste na identificação do ideal humano que, para Neal Wood (1978), permite saber qual é o objetivo fundamental com o qual o autor está comprometido, o que considera como mais “plenamente humano”, qual seria seu herói e seu anti-herói, quais suas principais características. Para o contextualismo social, todo empreendimento de um teórico político estaria centralizado sobre um compromisso positivo (ou uma oposição) que estaria cristalizado na sua dedicação (ou rejeição) de certos objetivos; e na sua escolha e elaboração de certos meios – instituições políticas, arranjos – seja para permitir ou para impedir a realização de determinados fins (objetivos). Essa noção de “ideal humano” oferece o que o proponente do método chama de um “ponto arquimediano” que possibilitaria uma avaliação heurística, um exame de uma teoria específica e permitiria estabelecer a relação entre a teoria e o contexto social (WOOD, 1978).

Neal Wood afirma que o ideal humano seria o “cordão umbilical” que conecta a teoria de determinado pensador com o “ser social” em que foi concebida e nutrida, além de informar a teoria como um todo, fornecendo sua lógica, unidade, estrutura arquitetônica e provendo uma ligação com a sociedade. Para ele, o “protótipo” seria sempre um ser humano ou “homem concreto” ou “tipo humano” que realmente vive numa sociedade presente ou passada. Considerando que cada sociedade, a cada tempo, pode ser a matriz de uma grande variedade de tipos humanos, quando um teórico seleciona um “ideal” específico, derivado dos tipos existentes, indica bem que tipo de ser humano rejeita e o quanto seu ideal é similar aos tipos sociais reais. Embora não se trate da concepção de “natureza humana”, quando o teórico postula o que o homem é capaz de ser ou de tornar-se, está também fazendo certas afirmações sobre a natureza básica do homem.

Embora a escolha do “ideal humano” não seja tão consciente e deliberada por parte do teórico, afirma Neal Wood, se conseguirmos identificar quais foram as escolhas que o teórico fez em seu contexto, poderemos entender como suas ideias estão relacionadas com os conflitos do seu tempo. Assim será possível gerar uma análise mais eficaz: tanto das ideias dos teóricos da política, como do modo como o contexto em que viveu e escreveu – social, cultural, político e econômico – sobretudo as lutas que existiam no momento em que o teórico produziu sua obra – acabam aparecendo e tendo impacto mesmo em formulações aparentemente mais “filosóficas” ou pretensamente “universais”. Quando o teórico define seu ideal humano está também indicando que existe uma “ética social” e uma “situação sociopolítica” que é mais propícia para a produção do “melhor tipo” de ser humano, e isso ajuda a entender quem ele é e o que pensa de fato (WOOD, 1978).

A identificação do ideal humano é feita pela leitura e análise cuidadosa da própria obra do teórico da política, considerando tanto as partes em que ele está explicitamente dizendo como são ou deveriam ser os “homens” ou os “seres humanos” como as partes em que está explicando como a sociedade deveria se organizar para que esse tipo humano emergisse ou se tornasse hegemônico ou dominante. As questões da Tabela 3 podem guiar tal estudo buscando destacar as formas de ser e agir que o teórico considera corretas e adequadas e, sobretudo, as descrições que faz de como deve ser o governante, ou seja, quem deve efetivamente “governar”, quais as características que o governante deve ter ou exibir e se existe

alguém que esteja mais próximo de realizar seu ideal humano, e se seria possível para qualquer pessoa chegar a tal ideal ou se existem pessoas que, por pertencerem a determinados grupos ou classes, estariam mais próximos disso.

Tabela 3. Ideal Humano

1	Como o teórico pensa que os seres humanos devem ser e agir?
2	Que tipo de ser humano deve dominar a sociedade?
3	Que tipo humano – real ou imaginado – carrega a melhor promessa para o futuro?
4	Como o teórico visualiza o indivíduo que mais plenamente realiza esse potencial humano?
5	Quem na sociedade como está atualmente constituída é mais capaz de atingir esse ideal?
6	Esse ideal é atingível por qualquer um ou apenas por poucos?
7	O abismo entre os homens que existem e o ideal humano é grande ou pequeno?
8	Sob quais condições pode o ideal humano ser mais rapidamente realizado?

Fonte: Elaborada a partir de Wood (1978); publicada originalmente em Silva (2016, p. 92).

Para saber qual é o posicionamento do autor ou autora no conflito sociopolítico real de sua sociedade concreta, é fundamental perceber que seu “ideal humano”, que tipifica seus próprios interesses sociais e valores e simboliza seu partidarismo na situação de conflito sociopolítico na qual ele é um participante e representa seu compromisso social e político fundamental. Analisar como tal ideal humano está relacionado com o sistema de ideias políticas e sociais do teórico nos ajuda a explicar a dinâmica desse sistema, já que, de acordo com Neal Wood, a teoria política seria a “tradução” do ideal humano em recomendações sociais e políticas concretas, ou seja, uma construção intelectual desenhada para resolver o problema de como as instituições sociopolíticas, e arranjos em geral, e a ação política podem contribuir para assegurar e realizar o que o teórico acredita ser o mais “plenamente humano” (WOOD, 1978).

Por isso, as respostas às questões da Tabela 3 precisam ser complementadas pelas respostas às questões da Tabela 4 de modo a conectar o ideal humano e a teoria política, permitindo também perceber a unidade entre os vários escritos de um autor e entre suas obras políticas e não políticas. Neal Wood explica que o ideal humano é um constructo intelectual de “primeira ordem” que oferece estrutura e unidade para um sistema de ideias políticas que depois é complementado por constructos de “segunda ordem” – derivados da ciência, religião, teologia, metafísica, epistemologia, psicologia, ética e história – empregados como suportes do seu argumento principal, gerando plausibilidade e autoridade intelectual para o empreendimento criativo, que raramente é iniciado na mente do teórico com base numa psicologia ou metafísica. Assim, analisar a teoria política de um autor sem identificar seu ideal humano dificulta a compreensão de seu posicionamento político.

Para Neal Wood, a infraestrutura da teoria constitui seu espírito partidário encapsulado em algum “ideal humano” sobre o qual o teórico erige um abrigo e suporte para os seus construtos superestruturais de segunda ordem. Daí a importância fundamental de analisar as teorias políticas clássicas superando a confusão entre a superestrutura e a infraestrutura – a relação entre a realidade concreta e as ideias que são elaboradas para compreender e explicar essa realidade – para poder especificar qual é o caráter da conexão entre as duas, para explicar qual a natureza da relação entre a epistemologia postulada pelos teóricos e seus compromissos sociopolíticos básicos na forma de um ideal humano particular (WOOD, 1978). Trata-se de repensar as relações entre base e superestrutura entendendo que não são “refletivas” (a superestrutura não é o mero “reflexo” da base), mas imbricadas ou orgânicas (WOOD, 2010).

Em geral, as obras clássicas da política abordam as questões um a quatro diretamente. A questão cinco – sobre a distância que existe entre a situação sociopolítica real da sociedade na qual o teórico está escrevendo em seu tempo, e sua visão de uma ordem cívica reconstituída (seu projeto de sociedade) na

qual seu ideal humano típico poderia florescer – e a questão seis – sobre como tal lacuna poderia ser preenchida – exigirão uma análise mais cuidadosa do conjunto da obra do autor em estudo porque pode parecer que a proposta do autor foi apenas a “descrição” da realidade ou a “análise” desinteressada da situação atual, passada ou futura a partir de uma posição objetiva ou neutra, ou seja, suas afirmações podem parecer mais fatuais do que realmente são. Isso não significa que sua teoria seja mera ideologia, pois, de fato, não é, mas o tema – a política – dificilmente será tratado sem um posicionamento.

Tabela 4. Prescrições para realização do ideal humano

1	Quem deve governar?
2	Quem deve ser governado?
3	Como os governantes devem governar?
4	Como os governados devem obedecer?
5	Qual a distância que existe entre a situação sociopolítica real (na qual o teórico está escrevendo) e sua visão de uma ordem cívica reconstituída na qual seu ideal humano típico poderia florescer?
8	Como essa lacuna pode ser preenchida?

Fonte: Elaborada a partir de Wood (1978); publicada originalmente em Silva (2016, p. 94).

Porém, a possibilidade de relativizar as ideias de algum autor clássico da política ao ligar profundamente sua vida e obra com o contexto social e histórico em que viveu, não implica um historicismo completo ou radical, pois, como lembra Neal Wood, embora os seres humanos tenham criado diferentes culturas e modos de vida, existe a “linguagem” comum, e também o fato de que cada uma das culturas históricas ocidentais foram interpenetradas de modo sucessivo por técnicas e práticas de vida que deixam sempre um importante resíduo para o futuro, e, mais importante, em cada uma das culturas nas quais a teoria política emergiu, existia algum tipo de divisão do trabalho social, a partir da qual existiu, em cada sociedade, um sistema de dominação humana e de subordinação, e nota-se a existência de apropriadores e produtores que eram objeto de consciência e autoconsciência.

Mais importante: existia, em cada sociedade, um sujeito central que era objeto de reflexão do teórico político – algo próximo do que chamamos de Estado – de modo que a despeito da especificidade histórica de cada obra e autor, há certos aspectos que são comuns entre os seres humanos, aspectos que transcendem o contexto social imediato e que tornam seu pensamento político inteligível para as eras e seres humanos que os sucedem. Quer dizer que somos pessoas vivendo em sociedades tal como os teóricos e compartilhando experiências comuns e estados de espírito, sentimentos e problemas comuns, embora nossa percepção de muitas coisas e nossas atitudes possam ser totalmente diferentes, ao enfatizar a especificidade histórica de uma teoria política do passado não significa que seja incompreensível para nós que vivemos sob diferentes circunstâncias e numa época diferente (WOOD, 1978).

Neal Wood enfatiza que, se o conhecimento em geral e a teoria política em particular é um modo de conhecimento que está relacionado com seu contexto social, então o significado de “contexto social” precisa ser claramente estabelecido – pois existem outros métodos que também afirmam realizar contextualização – e, talvez, ao invés de falar de um contexto social específico, poderia ser mais “preciso” em cada caso referir-se a múltiplos contextos sociais para compreendermos que conhecimentos e ideias procedem de diferentes graus de contingência histórica e de universalidade, dependendo de vários contextos sociais com os quais elas estão relacionadas. Mas, então, qual seria o contexto social ao qual deveriam ser relacionadas as ideias políticas de um filósofo específico? Seria o contexto imediato da cidade em que viveu, na duração de sua vida, sem esquecer que sua época está intimamente relacionada com o que existiu antes dele nascer e com o que existirá depois.

Portanto, de acordo com a proposta da *história social da teoria política*, cada época “encapsula” tudo o que ocorre previamente e é “condição” para tudo o que acontece depois, de modo que as ideias de um autor clássico podem estar relacionadas com o contexto imediato da sociedade em que viveu, escreveu, e, de acordo com Wood, participou ativamente do conflito social como um ser humano engajado nas lutas realmente existentes; mas também podem estar relacionadas com o contexto social mais amplo da cultura da qual participa, que transcende sua sociedade e contribui para a sua formação e das diferentes gerações, exercendo influência no seu próprio pensamento e ação; e, assim, suas ideias podem estar relacionadas de diferentes modos ao contexto social sempre em expansão e também com diversos outros contextos no interior do contexto social mais imediato (WOOD, 1978).

A história social, da qual ideias, valores e atitudes são partes integrais, revela um complexo dialético de continuidade e mudança, de permanência e fluxo, e, assim, é possível que um teórico político possa estar relacionado de diferentes modos com uma variedade de contextos sociais – mas sua relação se dá apenas por meio do específico contexto social no qual viveu, porque ele foi um homem que pensou, que se encontrou num certo tempo e espaço histórico específico, com características específicas, e pode estar relacionado conosco apenas devido a seu nascimento, atividade e morte, num local específico, num tempo específico (WOOD, 1978). O contexto social e histórico não é isolado: existem mudanças fundamentais e disjunções, bem como continuidade na forma de um resíduo do passado no presente, da persistência de estruturas sociais, instituições, arranjos e padrões de conduta humana.

É possível que as ideias de um autor clássico estejam, inclusive, relacionadas com nosso próprio contexto social, com a nossa situação específica na sociedade contemporânea – mesmo considerando a distância temporal e espacial – pois algumas ideias são limitadas pelo tempo, outras não, por isso, a próxima etapa consiste em separar elementos contingentes e universais, ideológicos e “teóricos” da obra em análise, de modo a tornar possível avaliar as afirmações e argumentos que aparecem no texto clássico e estabelecer de que modo se relacionam com o conflito social em que o teórico estava envolvido – e no qual possivelmente tomou posição, mesmo que isso não fique tão explícito na sua obra teórica, pois sempre é possível argumentar de modo racional para defender ideias que não decorrem de uma análise desinteressada dos eventos em questão, sobretudo quando se trata da política.

Terceira etapa: alcance das ideias dos clássicos

Nem todas as ideias sobre a política são contingentes e permeadas pela ideologia e pelo posicionamento partidário do autor clássico. Porém, para que seja possível separar os elementos do pensamento de um clássico que tem um valor “universal” – mas não em sentido absoluto, mas apenas em relação a contextos mais amplos, como ressalta Wood – e quais elementos estão relacionados apenas com a própria época e lugar específico em que o autor viveu e escreveu, precisamos adquirir um profundo entendimento do contexto social imediato no qual ele e outros teóricos políticos clássicos viveram, pensaram e agiram, pois só seremos capazes de verificar se existem ideias que transcenderam seu tempo e lugar – alcançando algum grau de universalidade – se formos capazes de compreender a especificidade histórica do seu pensamento. Nesse sentido, seria essencial responder as questões da Tabela 5⁷:

Tabela 5. Delimitar a especificidade histórica das ideias do teórico

1	O que os autores clássicos estavam tentando dizer aos seus contemporâneos?
2	Sob quais condições estavam dizendo isso?
3	Por que e com quais interesses estavam dizendo isso?

Fonte: Elaborada a partir de Wood (1978); publicada originalmente em Silva (2016, p. 97).

⁷ As questões dessa tabela lembram os objetivos do contextualismo linguístico ou ideológico da Escola de Cambridge, pois, parte do procedimento sugerido por Quentin Skinner (1996; 2005) é comparar obras diversas de um mesmo período (e sociedade) para identificar quais eram as “questões” que estavam sendo suscitadas pelo momento (político) e que autores diversos tentavam responder com seus trabalhos (inclusive textos “menores” podem ajudar a formar o quadro intelectual).

Para Neal Wood, as “verdades” do teórico, longe de serem universais num sentido absoluto, simplesmente podem ter transcendido seu contexto social imediato para se tornarem relacionadas com “todos sociais” maiores, e, em se tratando de complexos e sofisticados sistemas de ideias, é possível que o teórico consiga sair da sua lógica e desafiar o estabelecido, criando ideias que quando abstraídas do seu contexto original ainda podem servir como estímulo intelectual no futuro ou de componentes básicos de diferentes sistemas que tem como premissas valores diferentes, de modo que, por diversas razões, um teórico clássico da política em particular pode vir a criar ideias que são de importância “universal” – embora isso não signifique que apenas as ideias que transcenderam seu tempo e lugar sejam relevantes, pois também as ideias limitadas pelo tempo e cultura são importantes, pois uma teoria clássica que ainda é lida quando alguém pretende refletir sobre problemas semelhantes.

Isso acontece porque jamais a teoria irá meramente “refletir valores, atitudes, condições e interesses sociopolíticos historicamente específicos” porque uma obra clássica é justamente considerada clássica porque “normalmente é uma resposta crítica e reflexiva” ao que pode ser considerado como uma “força social” que ele visa enfraquecer ou fortalecer (WOOD, 1978, p. 361). Existe uma interação dinâmica entre a superestrutura e a infraestrutura: fora do interesse em sua própria sociedade e suas instituições e arranjos políticos, pode ser que o teórico seja capaz de produzir ideias sociopolíticas de relevância e valor para os seres humanos que vivem em sociedades futuras de natureza profundamente diferentes; o uso que o teórico faz das ideias e teorias pode ser diferente do modo como nós as empregamos, e o que é buscado nos escritos de um pensador varia de época para época, e isso permite que a história e a teoria política sejam reescritas, criadas ou recriadas por cada nova geração.

O que o contextualismo social ressalta, contudo, é que os teóricos políticos foram partidários dedicados que tentam inventar “guias” efetivos para a ação política, unindo teoria e prática e, por isso, não podemos separar arbitrariamente ou simplisticamente os conceitos passados e aplicá-los às condições contemporâneas, nem nos contentar com ler diretamente as obras clássicas como se estivessem apenas apresentando ou narrando os modos como as relações políticas “eram efetivamente”, já que contêm também prescrições do que deveriam ser e avaliações a respeito de como eram. Nossa rica herança histórica pode ser um benefício na construção de teorias relevantes para os problemas sociopolíticos urgentes do presente, desde que apreciemos a unidade entre teoria e prática no passado, a relação das ideias com o reino da ação social dentro do qual elas foram concebidas – de outro modo seria apenas um exercício estéril tanto com relação ao passado como ao presente (WOOD, 1978).

Quarta etapa: ideologia *versus* teoria política

Para distinguir entre um teórico clássico e um ideólogo ou mero propagandista, é preciso considerar que o teórico político está interessado em criar uma estrutura sistemática de ideias sociais e políticas que estão enraizadas em argumentos retirados da ciência, história, teologia, psicologia, ética, religião, metafísica epistemologia, pois isso é diferente da *ideologia* que é caracterizada pelo excessivo uso da linguagem emotiva, pela proposital distorção dos fatos e por uma contínua e apaixonada exortação para a ação extrema. No caso da teoria política, a ação para mudar ou conservar as coisas surge da percepção (intelectual) do leitor ou leitura das implicações práticas do argumento do teórico da política. Por isso é que afirma que toda teoria política possui “algo” de ideologia, embora não opere da mesma forma, ou seja, as teorias políticas não são exclusivamente ideológicas, mas apenas “essencialmente”.

Algumas afirmações feitas pelos teóricos ainda são válidas; outras eram apenas para o seu próprio tempo e para certas estruturas, instituições e atividades que ainda existem e outras, embora tenham continuado “verdadeiras” séculos depois da vida de alguns teóricos, não podem mais ser aceitas com grande convicção; assim, a crítica aos teóricos permite colocá-los numa base de posição ideológica contra outra, sendo que a questão crucial estaria em pensar, primeiro, se os princípios básicos sobre os quais um teórico levanta seu edifício de ideias sociais e políticas é “intelectualmente convincente” no seu tempo e ainda hoje; e quais seriam as implicações sociais e políticas da teoria política em questão e se ainda são aceitáveis: é possível analisar e avaliar o clássico numa perspectiva histórica (WOOD, 1978, p. 363).

As questões da tabela 6 ajudam a realizar a comparação entre os procedimentos utilizados pelos teóricos da política e os ideólogos:

Tabela 6. O Teórico da Política (diferente dos ideólogos)

1	Está escrevendo para uma audiência selecionada com muito conhecimento intelectual
2	Tenta convencer seus leitores por meio de uma complexa argumentação racional;
3	Está menos interessado em apelos puramente emocionais e instintivos;
4	Não pretende “mover” a audiência para a ação imediata ou extrema

Fonte: Elaborada a partir de Wood (1978); publicada originalmente em Silva (2016, p. 99).

Ao contextualizar socialmente autores, autoras e obras, caberia questionar se os destinatários da obra são pessoas com conhecimento intelectual (questão 1) e se o modo como o autor ou autora tenta “convencer” sua audiência está baseado em uma “complexa argumentação racional” (questão 2) ou se está interessado e se utiliza de “apelos puramente emocionais e instintivos” (questão 3, procedimento típico dos ideólogos). Além disso, podemos analisar se o autor ou autora pretende fazer com que seus leitores e leitoras pratiquem alguma “ação” imediata ou extrema (questão 4, algo bastante comum no caso de panfletos, textos claramente ideológicos, tais como o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels que, embora contenham alguns elementos de reflexão sobre a realidade, têm uma intenção clara de fazer com que a “audiência” ou os leitores e leitoras se “movam” de modo a agir para revolucionar a sociedade).

Portanto, o teórico da política escreve para um público específico que possui capacidade intelectual para compreender suas ideias e precisa ser “convencido” por meio de uma argumentação racional e, ainda que exista um compromisso com um ideal humano e um projeto político, o modo como busca convencer seu público-alvo é mostrando racionalmente que o que está afirmando seria a melhor opção. Para isso, pode usar técnicas na escolha de certos fatos; omissão de outros; justaposição de argumentos e fatos específicos; que, no conjunto, podem ter uma importância ideológica; podem existir implicações ideológicas no modo como a obra é formalmente organizada, a natureza dos títulos dos capítulos, a ênfase dada para certos tópicos em detrimento de outros, e assim por diante, e, conseqüentemente, para acessar o caráter ideológico de uma obra clássica de teoria política, a falta do que é considerado típico do discurso ideológico pode ser mal entendida (WOOD, 1978, p. 364).

Tabela 7. Quais os destinatários das ideias do autor?

1	Para quais grupos específicos e indivíduos na sociedade os princípios se aplicam?
2	Por que para estes grupos e indivíduos e não para outros?
3	Para quais direitos ou desejos em questão – em caso de conflito – será dada prioridade e por quê?
4	Para quais vantagens ou interesses está a particular hierarquia de desejos ou direitos?

Fonte: Elaborada a partir de Wood (1978); publicada originalmente em Silva (2016, p. 100).

Contextualizar socialmente um autor não visa depreciar os esforços dos pensadores políticos clássicos, mas enriquecer nosso entendimento sobre eles e seu particular gênero de empreendimento intelectual, considerando que o teórico foi, acima de tudo, alguém que estava interessado não apenas em questões filosóficas abstratas, mas também em problemas sociais e políticos concretos que tinham importância direta sobre sua vida cotidiana. Localizar os teóricos clássicos entre os “vivos”, percebendo suas preocupações “concretas”, relacionadas com a vida cotidiana, humanizando as teorias clássicas e aumentando sua relevância direta para o presente. A relação entre teoria e prática era mais intrincada no passado e relacionar o texto e seu contexto sociopolítico torna mais possível relacionar a teoria e a prática no presente, visando construir uma teoria política relevante como guia para o entendimento dos problemas sociais e políticos urgentes do nosso próprio tempo (WOOD, 1978).

Considerações Finais

A proposta aqui era mostrar como se faz a contextualização social de obras clássicas de teoria política, partindo especificamente da proposta inicial de Neal Wood (1978), mas também considerando as dificuldades práticas que encontramos ao tentar aplicar o método. Nem mesmo Ellen Meiksins Wood nos seus trabalhos mais extensos e abrangentes sobre os pensadores clássicos da política foi capaz de responder todas as questões que aparecem nas tabelas apresentadas e, de fato, algumas dessas questões sequer foram consideradas porque não apareceram como relevantes para os autores que estudou. Outra observação que fizemos foi de que não existem bons trabalhos publicados a respeito da biografia de alguns autores clássicos e, também, não encontramos análises aprofundadas a respeito dos contextos sociais de todas as sociedades nas quais foi produzida alguma obra de teoria política.

Mais importante do que encontrar respostas para todas as questões das tabelas é compreender em cada caso quais são mais relevantes para o autor ou autora que está sendo estudado – por exemplo, no caso do filósofo Bento Espinosa, a questão religiosa e étnica; no caso de Emma Goldman, questões de gênero e sexualidade, bem como a respeito do “lugar” da mulher na sociedade em que ela efetivamente atuou como pensadora e também militante; e assim por diante. A compreensão a respeito de quais elementos de biografia e de contexto social são realmente importantes irá depender da capacidade do pesquisador ou pesquisadora de identificar quais as questões mais fundamentais que o autor ou autora está tratando e, de certa forma, da capacidade de identificar seu ideal humano, pois é uma boa forma de perceber quais são as afirmações mais importantes dentro da obra e porque são estas que merecem mais atenção e não outras, por isso contextualizar socialmente pode alterar a compreensão de uma obra.

O exercício compreendido nessa proposta de estudar uma obra clássica passando por estas quatro etapas – (1ª) contexto social e biografia; (2ª) ideal humano; (3ª) alcance das ideias dos clássicos; (4ª) ideologia *versus* teoria política – com a disposição de tentar reunir informações que permitam “situar”, de fato, autor e obra em seu contexto social pode produzir novas interpretações a respeito de alguns clássicos que ainda influem profundamente na compreensão que temos da política, da democracia, das possibilidades e limites da participação do “povo” no governo e isso pode suscitar novas reflexões a respeito de problemas que receberam soluções baseadas na “autoridade” de autores que estavam, na verdade, prescrevendo suas propostas de mundo ideal para a realização de seu ideal humano, mas foram interpretados como portadores de algum tipo de verdade universal.

Referências

ONFRAY, Michel. **A potência de existir: Manifesto Hedonista**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SILVA, Vania Sandeleia Vaz da Silva. O contextualismo social de Neal Wood e Ellen Meiksins Wood: uma introdução. **Anais do V Simpósio Paranaense de Ciências Sociais**, 2016, p. 86-110. Disponível em:

<http://200.201.88.178/simposiocienciasociais/arquivos_anais/ANAIS%20SIMPOSIO%20final.pdf#page=86&zoom=100,0,186>. Acesso em: 05 out. 2019.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Visões da política: sobre os métodos históricos**. Algés: Difel, 2005.

STRAUSS, Leo. **Perseguição e a arte de escrever: e outros ensaios de filosofia política**. São Paulo: É Realizações, 2015.

WOOD, Ellen Meiksins. **Citizens to lords: A social history of Western Political Thought from Antiquity to the Middle Ages**. London: Verso, 2008.

_____. **Liberty and Property: a Social History of Western Political Thought from Renaissance to Enlightenment**. London: Verso, 2012.

_____; WOOD, Neal. **Class Ideology and Ancient Political Theory: Socrates, Plato, and Aristotle in Social Context**. Oxford: Oxford University Press, 1978.

WOOD, Neal. The Social History of Political Theory. **Political Theory**, p. 345-367, ago. 1978.

_____. **Cicero's Social and Political Thought**. London: University of California Press, 1991.

_____. **John Locke and Agrarian Capitalism**. London: University of California Press, 1984.

_____. **Reflections on Political Theory: a voice of reason from the past**. New York: Palgrave, 2002.